

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENEDONO REALIZADA NO DIA VINTE E
TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- Discussão e votação da ata de 29 de dezembro de 2025
- Expediente
- Período de intervenção do público
- Período de intervenção dos membros

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Concurso Público Para a Aquisição do "Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro", nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

(Os demais documentos encontram-se disponíveis para consulta na Divisão de Gestão Municipal).

Ponto 2 - Informação a prestar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea y) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas b) e c], do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, pelas dez horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão ordinária do mês de fevereiro da Assembleia Municipal de Penedono, legalmente convocada para o efeito. Esta sessão foi presidida pelo Sr. Presidente da Mesa, Horácio do Nascimento Sobral Almeida e Secretariada pela Sra. Beatriz Loureiro Frias e Sr. Alcino Ferreira Viana, Primeiro e Segundo Secretário. -----

O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão, tendo o Sr. Alcino Viana procedido à chamada dos senhores membros da assembleia, não havendo qualquer falta a registar. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, a Sra. Sónia Isabel Anjos Numão Lopes, Presidente; Bruno António Sousa Gomes, Pedro Miguel Aguiar Gerardo, João Manuel Ferreira da Fonseca e Lúcia Maria Rodrigues Ferreira Lucas, Vereadores. -----

Procedeu-se, de seguida, à abertura da reunião, conforme Ordem de Trabalhos para esta sessão ordinária do órgão deliberativo municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Discussão e votação da ata de 29 de dezembro de 2025**

Foi presente para discussão e aprovação a ata da reunião ordinária realizada a vinte e nove de dezembro de 2025 que, por haver sido oportunamente distribuída a todos os membros do Deliberativo, foi dispensada a sua leitura.-----

Colocada a votação, foi deliberado, por **unanimidade, aprovar**, a Ata da sessão ordinária realizada a 29 de dezembro de 2025. -----

- **Expediente**

No que concerne a este item, o Sr. Presidente da Assembleia informou que no dia seis de fevereiro de 2026 esteve presente, juntamente com o Sr. Membro André Aires no Auditório Municipal de Carrazeda de Anciães, onde teve lugar a Assembleia Intermunicipal, a qual contou com a presença dos dezanove municípios que constituem a Cimdouro, tendo decorrido a tomada de posse para o mandato 2025/2029, assim como a instalação da mesa eleita. Mais informou que o Sr. Presidente de Câmara de Carrazeda de Anciães, Dr. João Gonçalves, no uso da palavra falou da calamidade que atingiu o país, não só no centro, mas também na nossa região, havendo a necessidade de alertar as entidades competentes para os prejuízos causados. Referiu-se ainda à abertura da linha do Douro até Barca d'Álva. Foram ainda discutidos outros assuntos, nomeadamente a importância do Vinho do Porto/Douro. -----

-----De seguida, a Sra. Beatriz Loureiro Frias, Primeira Secretária da Mesa leu a moção "Em defesa dos Agricultores, das comunidades rurais e do equilíbrio do território", a qual se passa a transcrever: -----

"Assembleia Municipal de São Pedro do Sul -----

MOÇÃO -----

Em Defesa dos Agricultores, das Comunidades Rurais e do Equilíbrio do Território -----

Considerando que: -----

As freguesias rurais do concelho de São Pedro do Sul, à semelhança de muitas outras do território nacional, foram historicamente sustentadas pela agricultura, pela pastorícia e pela presença ativa das suas comunidades, responsáveis pela gestão do território, pela produção alimentar e pela preservação das paisagens. Contudo, nas últimas décadas, a agricultura em meio rural tem vindo a perder expressão e número de agricultores, deixando de ser, na maioria dos casos, a principal atividade económica. Ainda assim, continua a assumir um papel relevante como complemento da economia familiar, contribuindo para a subsistência das populações, a manutenção dos usos do solo e a identidade rural do território. Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo da presença e da atividade de **espécies selvagens**, como **javalis e lobos**, em zonas próximas de

povoados e explorações agrícolas, provocando **prejuízos avultados** nas culturas, nos rebanhos e na segurança das populações. -----

Diversas políticas e programas de "proteção da biodiversidade" e "reintrodução de espécies" têm sido implementados **sem a devida ponderação dos impactos sociais e económicos** que causam às populações locais. -----

A agricultura e a pecuária desempenham um papel essencial na **limpeza do território, na prevenção dos incêndios florestais** e na **manutenção do equilíbrio ambiental** — sendo atividades que devem ser reconhecidas como parte integrante da sustentabilidade e da biodiversidade. -----

A perda de agricultores e de população ativa nas aldeias conduz ao : **abandono rural**, ao aumento do mato e, conseqüentemente, ao **agravamento do risco de incêndio e desertificação humana**. ---

A proteção da biodiversidade **não pode ser feita contra as pessoas**, mas sim **com as pessoas**, garantindo a coexistência entre fauna selvagem e comunidades humanas de forma justa, equilibrada e sustentável. -----

Assim, a Assembleia Municipal de São Pedro do Sul delibera: -----

Reconhecer o papel essencial dos agricultores e pastores como defensores ativos do território e parceiros fundamentais na preservação da natureza e na prevenção dos incêndios. -----

Exigir ao Governo, ao ICNF e às entidades competentes: -----

Que sejam implementadas medidas eficazes de **controlo das populações de javalis**, não só para garantir a produção de milho, como parece ser o estudo contratado à Universidade de Aveiro, mas especialmente nas zonas limítrofes de aldeias e explorações agrícolas, mesmo nos designados "quintais familiares" como forma de acréscimo económico e embelezamento das aldeias.-----

Que sejam assegurados **mecanismos rápidos e justos de indemnização** pelos prejuízos causados por lobos e javalis; -----

Que se promovam **planos de gestão equilibrada da fauna selvagem**, com base na realidade local e com participação das autarquias e das populações afetadas. -----

Defender políticas públicas de apoio à fixação de jovens e famílias nas aldeias, garantindo condições dignas de vida e de trabalho no setor agrícola e florestal. -----

Afirmar que a biodiversidade e o equilíbrio ambiental só são possíveis com comunidades vivas, com aldeias habitadas e com agricultores respeitados. -----

São Pedro do Sul, 19 de dezembro de 2025 -----

O Proponente -----

Presidente da junta de Carvalhais e Candal — Adriano Azevedo -----

Subscritores -----

Grupo Parlamentar do Partido Socialista -----

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata Representante do Partido CHEGA -----

Representante do Partido Centro Democrático Social -----

Dê-se conhecimento desta moção às seguintes Entidades: -----

Presidente da República -----

Primeiro Ministro -----

Ministro da agricultura-----

Secretário de estado da agricultura-----

Secretário de estado das Florestas-----

Assembleias Municipais: -----

Câmaras Municipais -----

Assembleias de Freguesia-----

Juntas de Freguesia-----

Presidente do ICNF-----

Universidade de Aveiro-----

Comunicação Social". -----

Após leitura da moção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** constatou que afinal os javalis causam estragos por toda a parte e não só em Penedono. -----

A **Sra. membro Sandra Numão** sobre a questão dos lobos deu conhecimento que já há alguns meses existem apoios para os agricultores afetados pelo ataque dos mesmos, referindo que há sensivelmente três/quatro meses tinha participado dois abates e, mesmo depois da verificação por parte dos técnicos da ocorrência, ainda não houve lugar a pagamento. Pese embora o valor pecuniário do apoio não seja muito elevado e o processo moroso, é sempre uma ajuda para o agricultor. Rematou dizendo que em relação aos javalis não sabe como querem resolver esta problemática.-----

Período de Intervenção do Público

Não se constatou a presença de público nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

Período de Intervenção dos Membros

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Membros da Assembleia Municipal, inscrevendo-se para intervir o Sr. António José dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Beselga), Sr. André Aires Caetano Amaral, Sr. Daniel Alexandre Augusto Andrade, Sr. Marco Gil Costa Moreira (Presidente da Junta de Freguesia de Castainço), Sr. Rodrigo Augusto Cachinho. -----

Foi dada a palavra aos Membros consoante a ordem de inscrição. -----

Já no uso da palavra o **Sr. António José dos Santos** (Presidente da Junta de Freguesia da Beselga) cumprimentou todos os presentes e parabenizou a Sra. Presidente e o seu Executivo pela ação imediata nos dias de queda de neve. Afirmou que os mesmos souberam liderar e atuar com rapidez e eficácia. -----

De seguida questionou a Sra. Presidente de Câmara relativamente aos seguintes assuntos: -----

Estátuas de Pedra – Em relação às estátuas colocadas à entrada da vila de Penedono é de opinião que as mesmas deveriam ser colocadas nas entradas limites do concelho, deixando a sugestão para uma possível recolocação. -----

Estacionamento – Em relação à escassez de estacionamento no Centro de Vila, sugeriu que fossem intervencionados os estacionamentos em frente à Caixa Geral de Depósitos, uma vez que com a atual configuração o espaço não está a ser rentabilizado, sendo que após intervenção poderá aumentar a capacidade para mais dois estacionamentos. -----

Aquisição terreno ETAR (Beselga) – Questionou se a escritura pública de compra e venda do terreno para implementação da ETAR já foi outorgada. -----

Ponte Romana da Beselga – Reforçou a necessidade de uma vistoria à Ponte Romana referindo que as chuvas intensas que se fizeram sentir resultaram na subida do nível da água o que afetou a estabilidade da mesma. -----

Autotanque – Na sessão anterior referiu a importância de adquirir uma viatura de combate a incêndios para cada junta de freguesia, face aos últimos acontecimentos (neve e inundações) reafirma a importância de as juntas de freguesias estarem munidas por uma viatura para situações climatéricas adversas. -----

Terminou parabenizando as colaboradoras que prestam apoio à mesa pela forma como foi elaborada a ata, destacando a forma simples e explícita da redação. -----

De seguida, o **Sr. Membro André Aires**, no uso da palavra cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, membros eleitos e mesa de apoio. -----

Saúde/Centro de Saúde - O Sr. Membro abordou novamente a questão prioritária da saúde, pois continua a verificar-se a ausência de médico de família, embora tenha conhecimento que vêm tarefeiros garantir o serviço. Questiona quais os esforços realizados desde a última Assembleia para resolver esta situação e qual a data prevista para conclusão das obras e reabertura do Centro de Saúde. -----

Depois foi dada a palavra ao membro, **Sr. Daniel Andrade**, o qual, no uso da palavra cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Executivo e demais presentes. -----

Apoios às vítimas da tempestade - Quanto às tempestades que assolaram o país, em especial a zona centro, referiu que vários municípios agilizaram o envio de camiões com ajuda de várias espécies e o Município de Penedono nem uma telha deu aos concelhos afetados. -----

A seguir foi dada a palavra ao membro, **Sr. Marco Moreira** [Presidente da Junta de Freguesia de Castainço] que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dando seguimento à sua exposição: -----

Dispensa de sal – Agradeceu à Sra. Presidente de Câmara pela dispensa de sal à junta de freguesia de Castainço, para que procedessem ao espalhamento do mesmo nos períodos de queda de neve e pelo contacto constante que permitiu estar informado dos trabalhos que estavam a ser desenvolvidos. -----

Regulamento – Interrogou relativamente à existência de um regulamento Municipal para utilização dos Caminhos Agrícolas, pois vários madeireiros estão no terreno há praticamente um mês a retirar a madeira queimada, o que resultou na destruição de vários caminhos agrícolas, sendo que em muitos deles a passagem não é possível nem através de trator, tendo já havido uma ocorrência com uma carrinha 4x4, que ficou atolada. Dada a gravidade da situação já contactou a GNR que o informou que poderá levantar um auto por dano, aguardando que estes procedam ao arranjo dos caminhos. Convidou a Sra. Presidente e restantes membros a deslocarem-se ao local para verificarem a destruição. Sugeriu ainda, em caso de não existir um regulamento, o mesmo vir a ser elaborado, para que no futuro esta e outras situações estejam acauteladas. -----

Tout-Venant - Para minimizar os estragos nos caminhos agrícolas, pediu à Sra. Presidente se houvesse possibilidade de adquirir tout-venant, para todas as juntas de freguesia e as próprias procediam à aplicação nos caminhos afetados e se a Câmara também poderia providenciar o transporte, uma vez que o que encarece é a deslocação. -----

Sobre este assunto o **Sr. Membro José Maria Tenreiro** (Presidente da União de Freguesias de Penedono e Granja) pediu para intervir dizendo que esta questão é peculiar, porque não basta adquirir o tout-venant e aplicar, é necessário analisar caso a caso, exemplificando que num buraco fundo é indispensável colocar outro material (pedra) para proceder ao enchimento e por fim o tout-venant. Referiu ainda que para realizar este tipo de trabalhos é essencial ter maquinaria que as juntas de freguesia não dispõem. -----

Novamente no uso da palavra o **Sr. Membro Marco Moreira** (Presidente da Junta de Freguesia de Castainço) concordou com o proferido pelo Sr. Membro José Maria Tenreiro, contudo alguns caminhos com a colocação do tout-venant poderiam ficar transitáveis. -----

No decorrer desta intervenção, o **Sr. Membro António José dos Santos** (Presidente da Junta de Freguesia da Beselga) referiu que foi mal-habitado, pois nestes últimos oito anos nada teve por parte da câmara, mas pensa que não devemos "pedinchar" tudo e que deverá haver certas restrições, tendo em conta que a Câmara tem protocolo com as juntas de freguesia com o intuito de estas poderem adquirir sal e outros materiais para as intempéries. Transmitiu ainda que a Sra. Presidente de Câmara o contactou para saber se precisava de mais sal e disse que estava acautelado. Concluiu que há trabalhos pertinentes por realizar, nomeadamente arruamentos na Beselga, e o dinheiro dispensado para coisas já contempladas em protocolo atrasam a sua elaboração. -----

Retomando a sua intervenção o **Sr. Membro Marco Moreira** (Presidente da Junta de freguesia de Castainço) respondeu ao Sr. Membro António José dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia da

Beselga) dizendo que dispunham de sal, no entanto a queda de neve foi mais acentuada em Castainço do que em outras freguesias do Concelho, motivo pelo qual houve necessidade de reforço.-----

APA/ICNF - Na última reunião foi falado nos contratos programas celebrados com estas entidades, questionando se é possível incluir o arranjo dos caminhos agrícolas. Perguntou ainda se já estão definidas as zonas onde vão intervir e como será feita a distribuição pelo concelho. -----

Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – No seguimento da reunião passada e tendo em conta a necessidade de iniciar a aplicação destes produtos interrogou se a Câmara de facto dispõe de um técnico habilitado ou se a aplicação fica sob a alçada das juntas de freguesia. -----

Abate de Árvores – Foi contactado pelo Dr. Armando Carvalho, para que procedesse à sensibilização da população para que executem o abate das árvores, neste sentido questiona quem de facto está responsável pelo abate se a Câmara se os proprietários. -----

Depois foi dada a palavra ao **Sr. Membro Rodrigo Cachinho**, o qual, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, questionando a Sra. Presidente do seguinte: -----

Entrevista – A Sra. Presidente em entrevista ao Diário de Viseu referiu que iria realizar ajustes em alguns investimentos previstos em candidaturas submetidas, perguntando que ajustes serão esses e em relação ao anterior executivo quais os novos investimentos a projetar. -----

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Horácio Almeida, deu a palavra à **Sra. Presidente de Câmara, Sónia Numão** para responder aos Senhores Membros da Assembleia. -----

Já no uso da palavra, a Sra. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes, passando de imediato às questões colocadas pelos Srs. Membros: -----

Estátuas de Pedra – Concorda em pleno, tendo, enquanto vereadora em mandatos anteriores manifestado essa opinião, no entanto a deslocação acarreta custos elevados e não representa uma prioridade. -----

Estacionamento – Em relação à escassez de estacionamento no Centro de Vila, está a agilizar duas situações que levam ao aumento significativo de estacionamentos, nomeadamente na zona envolvente ao centro de saúde, onde se encontrava o gás, prevendo-se neste local a criação entre vinte a vinte e cinco lugares de estacionamento e na zona envolvente da Câmara, onde se encontrava a "torre medieval", que será intervencionada e permitirá criar entre dez a doze lugares de estacionamento. No entanto a sugestão apresentada também poderá ser concretizável. -----

Aquisição terreno ETAR (Beselga) – Informou que a mesma já esteve agendada para o dia 18 de fevereiro, no entanto por questões relacionadas com contabilidade a mesma teve de ser desmarcada. Em resposta ao Sr. Membro Rodrigo Cachinho transmitiu que a ETAR da Beselga será um dos investimentos do atual executivo, informando que já dispõe do parecer positivo da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). -----

Ponte Romana da Beselga – Já foi solicitado apoio e nesse sentido estão a aguardar indicação de um técnico habilitado para averiguar o estado da Ponte. -----

Centro de Saúde – Relativamente às obras informou que no final do ano de 2025 reuniu com o empreiteiro, prevendo-se, nessa data, a conclusão das obras para o início deste ano, contudo, surgiram questões que não estavam contempladas na candidatura, no que concerne à reabilitação do rés-do-chão, nomeadamente a aquisição de gerador e AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado), o que motivou o atraso e o prolongamento das obras. Quanto à conclusão das mesmas prevê-se que no final do próximo mês se encontrem concluídas. -----

Seguidamente, solicitou à Sra. Vereadora Lúcia Lucas para intervir. -----

Saúde - A **Senhora Vereadora Lúcia Lucas** iniciou a sua intervenção referindo que a saúde continua a ser uma temática que lhe é muito próxima e que lhe causa preocupação. Os concursos não dependem da Câmara, mas sim da ULS – Unidade Local de Saúde, de Vila Real, reforçando que enquanto Penedono estiver inserido no modelo UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados mesmo que abram concursos dificilmente haverá médicos que concorram para a vaga, a solução passa por uma alteração para o modelo USF – Unidade Saúde Familiar. Continuou dizendo que todos os esforços estão a ser feitos para alterar o panorama e solucionar a falta de médico de família, sendo que há um médico de família afeto ao serviço, que se encontra em licença de parentalidade. -----

Para finalizar a **Sra. Presidente de Câmara, Sónia Numão**, informou que no próximo dia vinte e sete de fevereiro irá ocorrer a tomada de posse do Presidente da CCDDR-NORTE, Álvaro Santos e posteriormente, no dia três de março, serão nomeados os vice-presidentes, esperando-se que a nomeação para a valência da saúde seja benéfica para o nosso Concelho. Em março com a abertura de novo concurso esperando que a vaga contemplada para Penedono seja preenchida.

Apoios às vítimas da tempestade – Respondendo ao Sr. Membro Daniel Andrade, disse que antes de criticar, as pessoas deveriam inteirar-se da realidade. É verdade que a Câmara Municipal de Penedono não organizou nenhuma campanha para o envio de bens, porque após contacto direto com o Sr. Comandante dos Bombeiros de Leiria, foi-lhe transmitido que efetivamente os prejuízos foram incalculáveis, mas que bens, no imediato, não eram precisos, na realidade o que necessitam é de apoio monetário. Assistimos ao envio de material diversificado por vários Municípios, no entanto esse material, por vezes não é afeto ao fim a que se destinou, acabando muitas vezes por ser vendido ou roubado. Informou que na reunião da CIMDOURO foi mencionado que se estava a proceder ao levantamento dos danos e quais as reais necessidades dos municípios afetados de forma a que a ajuda seja direcionada para onde é de facto necessária, aguarda pela próxima reunião da CIMDOURO que se irá realizar no próximo dia cinco de março para verificar se o levantamento já foi realizado e qual a ajuda que cada Município poderá enviar. Mais disse, que entre o Município, a Junta da União de Freguesias de Penedono e Granja e o Rancho Folclórico de Penedono, foi

selecionada uma entidade que necessitava de ajuda e foi realizada a recolha do material em carência; tendo o transporte sido providenciado pela Câmara Municipal e pela União de Freguesias de Penedono e Granja. -----

Regulamento – Em resposta ao Sr. Membro Marco Moreira (Presidente da Junta de Freguesia de Castainço) a Sra. Presidente de Câmara informou que não existe regulamento e o que se está a passar em Castainço acabará por se verificar em grande parte do concelho, em que os madeireiros chegam, cortam, carregam, vão embora e deixam os caminhos destruídos. Após o primeiro contacto com Sr. Membro, os serviços da Câmara dirigiram-se ao local e falaram com os responsáveis, mas não sendo o assunto tratado de forma oficial, estes findo os trabalhos não vão compor os caminhos agrícolas. Neste momento tanto as Juntas de Freguesia como a Câmara Municipal devem estar especialmente atentos ao desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que os caminhos só poderão ser reparados quando terminado o abate das árvores, sendo que antes do término devem ser notificados para a reparação dos danos causados. Referiu ainda que no decorrer da tarde não poderá ir ao local verificar a situação, por compromissos assumidos, mas assim que possível fará essa deslocação. -----

Tout-Venant – É uma ideia e uma questão que se poderá vir a agilizar, vai ver o que se poderá fazer, solicitando às juntas de freguesia que façam uma previsão dos m3 que precisam para terem noção da quantidade a adquirir. -----

Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – Não há no Município técnicos habilitados, sendo que a habilitação é um processo complexo e dada a urgência da aplicação, para este ano a Câmara não poderá prestar este serviço, tendo, para o efeito, sido solicitados orçamentos para assegurar esta situação. -----

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Membro Marco Moreira a Sra. Presidente de Câmara cedeu a palavra ao **Sr. Vereador Pedro Gerardo**, o qual esclareceu que o contacto por parte do Dr. Armando Carvalho aos presidentes da junta de freguesia para a sensibilização da população se deveu ao facto de ainda não existir resposta por parte do ICNF, e, atendendo à urgência do abate das árvores, face à rápida degradação e apodrecimento, o que poderá causar danos caso não sejam abatidas neste curto espaço de tempo. -----

APA/ ICNF - Quanto à inclusão dos caminhos agrícolas nos contratos programas explicou não ser possível, uma vez que estes estão direccionados para os prejuízos causados pelos incêndios e não pelas chuvas intensas. Acrescentou que a cartografia já foi elaborada, estando os locais já definidos, no entanto verifica-se que o processo está atrasado. -----

Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – Relativamente a este assunto o Sr. Vereador Pedro Gerardo acrescentou que é mais complexo do que o que parece, existindo requisitos que neste momento não se cumprem, nomeadamente a falta de instalações de armazenamento devidamente acreditadas. -----

Após os esclarecimentos prestados pelo Sr. Vereador, a Sra. Presidente de Câmara retomou o uso da palavra, dando resposta ao Sr. Membro Rodrigo Cachinho. -----

Entrevista – A Sra. Presidente de Câmara Sónia Numão referiu que os ajustes dos investimentos do anterior executivo integram a "Etar de Castainço"; reabilitação do rés-do-chão do "Centro de Saúde", como anteriormente referido e no "Parque do Magriço". Quanto aos novos investimentos estão previstos a "ETAR da Beselga", "Modernização Administrativa", "Eficiência Energética do Edifício dos Paços do Concelho", Requalificação da "Creche Municipal" e "Centro Escolar". -----
Informou que os trabalhos nas "Etar's de Antas e Castainço" se encontram temporariamente suspensos devido às condições climatéricas adversas, de carácter persistente, que dificultam ou inviabilizam a execução segura e adequada dos trabalhos. -----

No decorrer da sua intervenção, a Sra. Presidente de Câmara Municipal transmitiu que se encontram a exercer funções há três meses, havendo ainda muitas situações para se inteirarem, passando a dar conhecimento do ponto de situação do Município, informou que o Dr. Fernando Amaro já não exerce funções presenciais no município, mas continua a fazer o trabalho através de teletrabalho até terminar o ano contabilístico de 2025, que à data se encontra em março de 2025, condicionando o normal funcionamento dos serviços, o que acarreta consequências. Acrescentou ainda que o Dr. Fernando Amaro nos últimos quatro anos desempenhou funções de contabilidade, tesouraria, chefe de divisão e presidente de Câmara, referiu ainda que este efetuava os pagamentos com os acessos (senhas) da Dra. Ana Margarida. Deparando-nos com este panorama, não assumirá o atual executivo, responsabilidades relacionadas com a prestação de contas, não sabendo como será a reunião de abril. Esta situação prende-se com o facto de estarem centralizadas diversas funções no Dr. Amaro, e porque lhe reconhece profissionalismo propôs-lhe continuar a prestar consultoria ao Município em articulação com o Dr. Eduardo que será a pessoa responsável pela contabilidade, não tendo o mesmo aceite esta proposta. Deu ainda nota que, no dia um de fevereiro de 2026 a Dra. Ana Margarida requereu cessação de comissão de serviços como Chefe da Divisão de Gestão Municipal encontrando-se esta divisão sem chefia. -----

Rematou dizendo que se depararam com diversas situações complexas, nomeadamente funcionários que tiram férias sem o seu conhecimento, e além da ausência de chefias as que há muitas vezes não são respeitadas. Estas e outras situações são de resolução morosa, estando o atual executivo a trabalhar para que a situação interna se torne mais funcional. -----

Face a esta intervenção o **Sr. Membro Carlos Carvalho** questionou a Sra. Presidente de Câmara o motivo pelo qual não foi referido na sessão anterior, visto que o Dr. Amaro esteve presente e em relação às chefias o que tenciona fazer. -----

Respondeu a **Sra. Presidente de Câmara Sónia Numão** que está a ser abordado agora porque estava na expectativa de que, até ao final do ano teria o ano contabilístico de 2025 fechado, o que não aconteceu. Informou que o novo organograma está a ser concluído para aprovação na Câmara e

Assembleia Municipal pois neste momento, existe no papel, mas não na prática, a secção de aprovisionamento, compras, comunicação e imagem, pretendendo contemplar estas e outras situações na alteração ao organograma. -----

No seguimento da explanação anterior o **Sr. Membro António José dos Santos** (Presidente da Junta de Freguesia de Beselga) reforçou novamente o carácter e força com que a Sra. Presidente de Câmara tem levado o concelho para a frente, parabenezando-a por tudo o que tem feito. -----

A Sra. membro Sandra Numão sugeriu que o Executivo, por uma questão de transparência, deveria informar regularmente a população sobre o ponto de situação do Município. -----

Pelas 11.50 horas, o **Sr. Membro José Maria Tenreiro** (Presidente da União de Freguesias de Penedono e Granja) informou que por questões pessoais, teria de se ausentar da presente sessão. -----

Após a intervenção da Sra. Presidente de Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Penedono, **Sr. Horácio Almeida** disse que a situação não está fácil, mas espera que com trabalho e esforço a situação se possa resolver. -----

O **Sr. Vereador Bruno Gomes**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Referindo-se às estátuas disse que as mesmas já se encontravam na posse da Câmara desde que iniciou funções e, na altura, foi decidido, dado o seu número, coloca-las nas entradas da freguesia de Penedono. -----

Falou ainda das intempéries ocorridas no Distrito de Leiria e outros Concelhos, comparando a dimensão da tragédia/destruição com a queda de uma bomba. Na altura diz ter falado com o atual Presidente da corporação de bombeiros de Leiria, manifestando a sua disponibilidade para o que fosse necessário. No imediato foi-lhe respondido que não era preciso nada, mas que, após um levantamento exaustivo da situação, vão precisar de muito equipamento e materiais. Relembrou que, no passado os Bombeiros Voluntários de Penedono precisaram de apoio e os bombeiros de Leiria disponibilizaram ajuda pessoal e viaturas para que o socorro da população não estivesse em causa, o que não se verificou neste caso. De seguida citou a ordem de serviço, assinada pelo Sr. Presidente da Direção e pelo Sr. Comandante dos Bombeiros de Penedono, a qual se transcreve: ---
"Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Penedono, Avenida Adriano de Almeida, 3630-225 Penedono Telf: 254504120

ORDEM DE SERVIÇO 3/2026

Serviços não urgentes

Por determinação da Direção e do Comandante, e atendendo à atual disponibilidade de recursos humanos, informa-se que, a partir do dia 1 de março de 2026, a realização de serviços não urgentes (consultas, altas, transferências, entre outros) ficará condicionada à disponibilidade de motoristas escalados.

Assim, apenas devem ser aceites e realizados serviços não urgentes em função do número de motoristas disponíveis em escala.

Sempre que não se verifique disponibilidade suficiente, os serviços não devem ser agendados.

A presente Ordem de Serviço entra em vigor a 01 de março de 2026.

Penedono, 09/02/2026

O Presidente da Direção

O Comandante"

No seguimento desta exposição e face aos apoios cedidos pela Câmara a esta instituição, considera que a Sra. Presidente deveria pedir esclarecimentos relativamente a este aviso. -----

Em relação às entrevistas que a Sra. Presidente de Câmara deu aos jornais, disse que embora seja livre para o fazer há situações que deveriam ser filtradas pois em nada abonam, nem elevam o nome de Penedono, assim como colocar em causa o profissionalismo dos colaboradores que há anos exercem funções neste município. -----

A Sra. Presidente de Câmara Sónia Numão, em relação à entrevista disse que por uma questão de lealdade tinha de tornar pública a situação com que se deparou, ficando o seu discurso muito aquém do que de facto poderia ter sido dito. -----

Esclareceu que existem duas EIP'S – Equipas de Intervenção Permanente, sendo, em parte os custos destas EIP's suportados pelo município, bem como o valor de 3.000,00 €/mensais para despesas correntes. Estas equipas devem estar disponíveis para situações de urgência/emergência. Quanto à Ordem de Serviço informou que já reuniu com a Direção e Comando e a emissão da mesma prende-se com o facto destas equipas não prestarem serviços não urgentes. Decorrente da reunião está em planeamento o atendimento do telefone vir a se feito por um administrativo, libertando o bombeiro afeto a estas funções. -----

Novamente no uso da palavra o **Sr. Vereador Bruno Gomes**, a título informativo esclareceu que a Corporação dos Bombeiros de Penedono possui quatro ambulâncias de socorro (vermelhas), tendo para um contrato que exige a disponibilidade 24 horas de dois elementos devidamente credenciados podendo eventualmente as segundas emergências virem a ser asseguradas pelos elementos da segunda EIP. Sugere, como forma de motivação a atribuição de prémios ou aumento de salários aos colaboradores. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Concurso Público Para a Aquisição do "Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro", nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

Presente a esta sessão a Proposta n.º 01/2026 aprovada em reunião do Executivo de dezanove de fevereiro de 2026, relativa ao concurso público mencionado, o qual tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração de uma prestação de serviço público de transporte de

passageiros por modo rodoviário no território da Comunidade Intermunicipal do Douro, a qual se transcreve: -----

-----Proposta n.º 01/2026-GAB.PRES. - Ao Executivo Municipal -----

-----**CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO DO DOURO** -----

-----Considerando que: -----

-----**i)** Foi remetido a este Município, de **Penedono**, a Deliberação n.º R19409 – Serviço de Transporte Público de Passageiros – Procedimento Concursal, do Conselho Intermunicipal da CIM Douro, datada de 04 de fevereiro de 2026; -----

-----**ii)** Dessa Deliberação resulta que se verificou a necessidade, por vicissitudes alheias à CIM Douro, de revogar a decisão de contratar subjacente ao "Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro" publicado no dia 15.09.2025, no Diário da República n.º 177/2025, Série II, através do Anúncio de Procedimento n.º 24276/2025, cujos pressupostos e encargos financeiros já haviam sido aprovados por este Município de **Penedono**, mediante Deliberação n.º 172/2024 da Câmara Municipal datada de 20 de dezembro de 2024 e Autorização da Assembleia Municipal datada de 27 de dezembro de 2024. -----

-----**iii)** Afigura-se agora necessário lançar e tramitar um novo Procedimento Pré-Contratual com o mesmo objeto; -----

-----**iv)** Mantêm-se os valores do financiamento municipal para o exercício, pela CIM Douro, das suas competências enquanto Autoridade de Transportes, aprovados em reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Douro, de 26.03.2025; -----

-----**v)** Sucede, porém, que os 19 (dezanove) Municípios que integram a CIM Douro apenas aprovaram, nas respetivas Assembleias Municipais, a assunção de Despesas Plurianuais relativamente aos anos de 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030; -----

-----**vi)** Ora, prevendo-se agora o lançamento, tramitação e conclusão de um novo Concurso Público em 2026, verifica-se a necessidade de alterar a calendarização financeira desse 2.º Concurso, uma vez que o mesmo, a concluir-se em 2026, como se prevê, implicará uma execução até, pelo menos, 2031; -----

-----**vii)** Tal implica que essa alteração de calendarização esteja sujeita a novas Deliberações das respetivas Câmaras Municipais e inerentes Autorizações das Assembleias Municipais, nos termos que resultam da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e, bem assim, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua versão atual e repristinada, e, bem assim, do Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

-----**viii)** O valor estimado da despesa a suportar pelo Município de **Penedono** ascende a **104.950,24 € EUR** por ano, valor ao qual acresce o IVA, com exceção do ano de início do Contrato,

isto é, 2026, uma vez, nesse ano, se verificará o designado "período de transição" em que não existem encargos financeiros associados; -----

-----**ix)** Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atual, a assunção de encargos orçamentais que envolvam mais de um ano económico carece de autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

-----**x)** Por fim, nos termos das disposições conjugadas da alínea b), do artigo 3.º, e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais está igualmente sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

-----Proposta de resolução:-----

-----Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, submeter à Assembleia Municipal o seguinte: -----

-----1. Aprovar a reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de **Penedono**, ajustando o período de execução do contrato para 2026 a 2031; -----

-----2. Autorizar a repartição de encargos e a consequente assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atual, e das disposições conjugadas da alínea b), do artigo 3.º, e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, nos seguintes termos: -----

-----a. Ano 2026: [**Período de Transição de 6 meses**]; -----

-----b. Ano 2027: [**97.978,64 €**, valor ao qual acresce o IVA]; -----

-----c. Ano 2028: [**99.453,09 €**, valor ao qual acresce o IVA]; -----

-----d. Ano 2029: [**100.874,89 €**, valor ao qual acresce o IVA]; -----

-----e. Ano 2030: [**102.892,39 €**, valor ao qual acresce o IVA]; -----

-----f. Ano 2031: [**104.950,24 €**, valor ao qual acresce o IVA]. -----

-----1. Acresce que, na sequência de Lista de Erros e Omissões apresentadas no 1.º Concurso, afigurou-se necessário proceder à correção das Peças do Procedimento, pelo que, por cautela procedimental, entende-se que devem essas "novas" Peças do Procedimento ser também submetidas à aprovação Municipal.-----

-----Paços do Concelho, 12 de fevereiro de 2026, A Presidente da Câmara Municipal de Penedono, Sónia Numão. -----

Como não se registaram intervenções, foi o assunto colocado a votação. Por **unanimidade**, foi deliberado aprovar a reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de **Penedono**, ajustando o período de execução do contrato para 2026 a 2031; **autorizar** a repartição de encargos

e a consequente assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atual, e das disposições conjugadas da alínea b), do artigo 3.º, e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, nos seguintes termos: Ano 2026: **[Período de Transição de 6 meses]**; Ano 2027: **[97.978,64 €, mais IVA]**; Ano 2028: **[99.453,09 €, mais IVA]**; Ano 2029: **[100.874,89 €, mais IVA]**; Ano 2030: **[102.892,39 €, mais IVA]**; Ano 2031: **[104.950,24 €, mais IVA]**. Mais deliberou **aprovar** todas as peças que fazem parte do presente procedimento, bem como aprovar a presente em **minuta**, para efeitos da sua execução imediata, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto 2 - Informação a prestar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea y) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas b) e c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

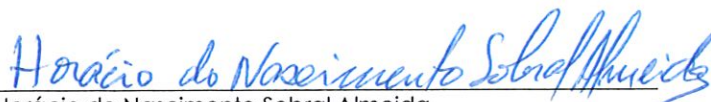
A propósito do documento, designadamente do Anexo relativo às empreitadas, o **Sr. António José dos Santos** (Presidente da junta de freguesia da Beselga), reforçou que será paciente, esperando que em breve o nome ruas da Beselga já estejam aqui contempladas. -----

Ainda sobre este anexo, o **Sr. Marco Moreira** (Presidente da Junta de Freguesia de Castainço) questionou a Sra. Presidente da Câmara se na empreitada "ETAR de Castainço" também está incluída a habitação da Sra. Guida. -----

A **Sra. Presidente de Câmara, Sónia Numão**, transmitiu que o projeto inicial da ETAR de Castainço não contempla a totalidade dos ramais domiciliários de ligação das habitações à rede pública de saneamento. Para salvaguardar esta situação já foi realizado um levantamento e já detém pareceres positivos, estando em fase de estudo a possibilidade de inclusão de uma estação elevatória. -----

Finalizou a sua intervenção manifestando a sua intenção de comemorar o 25 de abril com a realização de uma sessão extraordinária. -----

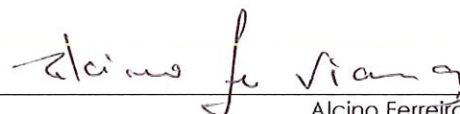
Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas e vinte minutos, o Sr. Presidente da Mesa encerrou a sessão, da qual se lavrou a presente ata que a Mesa da Assembleia Municipal subscreveu. -----



Horácio do Nascimento Sobral Almeida
(Presidente da Assembleia Municipal de Penedono)



Beatriz Loureiro Frias
(1.º Secretário da Assembleia Municipal de Penedono)



Alcino Ferreira Viana
(2.º Secretário da Assembleia Municipal de Penedono)